

No início do governo FHC era tão difícil criticá-lo quanto foi difícil defendê-lo no final do segundo governo. Criara-se uma unanimidade irracional em torno do Real, semelhante à que cercou o Cruzado. Achava-se que, tendo fé, se venceria a inflação.

Eu tinha sido crítico do plano. Não entrava no mérito da sua concepção, mas julgava que em 1994 FHC tinha atrasado todo o processo de reformas pensando exclusivamente no plano para alavancar sua candidatura à presidência – especialmente quando se decidiu valorizar o Real em 15%, trazendo uma sensação ilusória de bem estar para a população, mas criando as bases para o desastre posterior na economia.

Em fins de novembro de 1994 escrevi uma coluna prevendo o desastre que a política cambial acarretaria, caso não fosse alterada.

Depois, em abril de 1995 o Banco Central comandou enorme elevação nas taxas de juros, para abortar uma fuga de dólares que esvaziou as reservas cambiais em US\$ 8 bilhões.

Estancada a fuga, o correto seria retornar com os juros aos patamares anteriores. Isso não foi feito. Em seguida, o presidente do BC, Pêrsio Arida, pediu demissão e os sucessores não quiseram correr o risco de mudar a política cambial. O argumento inicial era o de que os juros não produziram recessão, mas apenas um pequeno ajuste na taxa de crescimento da economia.

Em fins de abril de 1995 pressenti que a economia iria explodir. Concentrados nas regiões metropolitanas, os indicadores não captavam o maremoto que se avizinhava. Mas em toda viagem que fazia para o interior, para palestras, pessoas da platéia vinham manifestar a preocupação com a economia. “Será que só eu estou mal?”, era a frase mais comum, já que a imprensa não retratava os problemas das empresas. Em todos os lugares por onde passava procurava conversar com gerentes de bancos. E todos confirmavam que a situação era complicadíssima.

Alertei, então, que a política monetária produziria uma quebradeira recorde. Houve enorme reação contrária.

Minha tese era a de que o BC cometera erro grave de análise. No segundo semestre de 1994 houve enorme expansão do crédito, por conta do aumento de consumo provocado pela apreciação do Real. No final do ano essa expansão cedera. Pelas inúmeras conversas que tive com gerentes de banco, todos os clientes estavam reduzindo estoques e o nível de endividamento.

Se tivesse feito o diagnóstico correto, o BC aumentaria levemente os juros induzindo as empresas a queimar mais rapidamente os estoques, porque o movimento de redução de estoques já estava em marcha.

Em vez disso, promoveu uma brutal elevação dos juros, que na prática impediu as empresas – especialmente as pequenas – de retornar gradativamente ao ritmo de vendas e de estoques anterior. Viram-se prisioneiras de uma armadilha mortal, com as dívidas crescendo em um ritmo tão rápido que era impossível que a queima de estoques quitasse os passivos. A violência da política de juros acabou por endividar toda a economia, setor público e privado.

Em uma reunião do Conselho Editorial da “Folha”, no início de maio, expus minha preocupação. Otávio Frias, proprietário do jornal, considerou exagerada. A crise ainda não

havia chegado aos grandes centros, e o próprio jornal não sentia seus efeitos. Sugeri que pedisse a um repórter para telefonar para diversas prefeituras escolhidas aleatoriamente, perguntando sobre a situação do município. À noite, estava no estado do Rio para uma palestra, quando recebi telefonema do seu Frias, confirmando minhas suspeitas: o interior estava quebrado. Os próximos a quebrar seriam as capitais.

Mesmo assim, a batalha da mídia, em torno do tema, levou pelo menos dois meses.

Um artigo meu, mostrando que cinco meses com aquelas taxas de juros equivaliam ao que o governo iria receber pela privatização da Vale do Rio Doce, provocou enorme reação no Congresso. O Ministério do Planejamento incumbiu o economista Fábio Giambiagi de rebater o cálculo. Posteriormente, revi as contas e conclui que, em vez de cinco meses, o valor da Vale seria comido em apenas três meses com aquelas taxas de juros. Pouco tempo depois, Giambiagi, economista muito competente e intelectualmente honesto, mudava de opinião.

No meio do caminho, me envolvi em uma polêmica com o economista André Lara Rezende, colunista da “Folha” e participante da equipe que concebeu o Real. Ele escreveu um artigo agressivo sobre a diferença entre especialistas e “palpiteiros”. Rebati com um artigo mostrando a supervalorização que se fazia do conhecimento técnicos dos “pacoteiros” –os especialistas em inflação inercial que dominaram o pensamento econômico brasileiro desde o Cruzado.

Ele me convidou para um almoço de reconciliação. Sabia de cor crítica por crítica que eu havia feito a ele. Em uma das colunas, eu havia listado uma relação grande de medidas estruturais que haviam mudado a economia brasileira e mostrando que em nenhuma delas havia a participação dos “cruzados”. Nada tinha de pessoal contra eles, a maioria eram economistas meus amigos. Tinha contra a mística em torno de “pacote”, que inviabilizava qualquer visão mais estruturante da economia.

Durante o almoço, sua resposta foi honesta. Disse que entendia de inflação inercial, não dos outros pontos que eu havia apontado. Indaguei qual a importância efetiva de um programa de estabilização no contexto da formação de um país. Sua resposta foi franca: “Vocês, da imprensa, é que nos supervalorizaram”.

Do lado do governo, a reação foi mais virulenta. Especialmente a área da Fazenda passou a se valer de um colega de jornal, na época colunista político, para rebater meus argumentos.

Foi uma discussão fácil e penosa. Fácil porque os argumentos contrários se sustentavam em indicadores correntes. Eu conhecia a realidade. Sabia que, dada a violenta inflexão da economia, era questão de tempo para que os indicadores refletissem a crise, resolvendo definitivamente a discussão. É evidente que às vezes batia uma insegurança.

Até que os indicadores refletissem adequadamente a situação, e houvesse uma resposta para a discussão, eu teria que conviver com indicadores defasados, utilizados para me desmentir, sem ter os indicadores novos, que convalidariam minhas teses, e tendo de suportar com uma campanha de desqualificação pesada, diária, insinuando que quem afirmava que os juros estavam quebrando o país era “lobista da Fiesp”.

O deputado Delfim Netto me telefonou um dia, sugerindo que eu devolvesse a insinuação diariamente, passando a chamar de “chapa branca” quem não enxergasse a crise. Bati

pouco nessa tecla porque nessas polêmicas mais acesas, se você considera seus argumentos superiores, ao ceder ao jogo de desqualificação entra-se em um terreno onde tudo se iguala na ofensa. Você perde a superioridade que teria, ficando apenas no campo das idéias.

Em fins de maio o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen deu entrevista à “Folha” defendendo a política de juros. Critiquei-o em uma coluna que tinha por título “Os Gurus e a Retórica da Meia Lógica”. Ele respondeu em seu artigo mensal na revista Exame.

O difícil, na discussão econômica, pela defasagem entre as medidas e as conseqüências, é que só anos depois se comprova quem tem razão.

Ainda assim, em fins de junho de 1995, em uma demonstração de honestidade intelectual, o Secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, me telefonou admitindo que minha análise inicial estava correta.

Em meados de julho foi a vez do próprio FHC jogar a toalha e admitir que a crise era brava. No rastro dele, seguiram os jornalistas que me atacaram no período, incluindo o colega.

Durante todo o período, a mais comovente manifestação de apoio que recebi foi a do Ministro das Comunicações Sérgio Motta, que, ainda no mês de maio, saiu publicamente em minha defesa contra os analistas do BC.

03/10/1994 O papel da imprensa

Terminadas as eleições, a imprensa passará a enfrentar o maior desafio de sua história. Está em suas mãos romper o secular pacto das elites, e implantar definitivamente a modernidade no país.

Até alguns anos atrás, a própria imprensa era parte e beneficiária dessa cumplicidade ampla e irrestrita.

À medida em que o mercado de consumo <:f>amadurecia, e prevalecia sobre a economia estatal, a imprensa foi a primeira instituição a romper com esse pacto e se constituir em fator decisivo de modernização do país. <:f>Mesmo assim, há muito a caminhar. Houve pânico desnecessário no período da URV, e uma apologia incompreensível nos primeiros meses do Real. Não se vá voltar ao pânico nas próximas semanas, com as pressões de preços e de contas públicas que advirão.

Nem o país estava salvo em julho, nem estará perdido até o final do ano.

Caberá à imprensa comportar-se com senso de responsabilidade e objetividade, para não espalhar o pânico e convencer definitivamente a opinião pública de que mudanças de moeda, sem as reformas, são manipulações irresponsáveis. Com determinação e com reformas, salva-se o plano e melhora-se o país.

Sem folga

Fernando Henrique Cardoso não pode ter um instante de folga, sob pena de não se encaminhar nenhuma dessas reformas.

Não se aceite o estratagema que certamente adotará --porque faz parte de sua personalidade--, de transferir responsabilidades, de não tomar decisões porque a modernização é um "processo" que não pode ser contaminado pela interferência individual de quem quer que seja.

É conversa mole. Ele foi eleito para encaminhar soluções, não explicações. E daqui para diante não mais terá Itamar como álibi para sua abulia. O país mudou fantasticamente nos últimos anos. Houve a reconquista do amor próprio, o fim do acomodamento, a busca da inovação, um entusiasmo que perpassa todos os cantos do Brasil real. Tudo isto foi conquistado pela ação individual de cada brasileiro, de cada empresa, de cada trabalhador e de cada cidadão quando a abertura e a crise política reduziram a tutela do Estado sobre o país.

Caberá a esta nova opinião pública, expressa pela imprensa, inculir nos políticos o senso de responsabilidade para com o país, permitindo enterrar o defunto insepulto desse modelo político.

31/11/1994 As seqüelas do câmbio

Há uma aposta perigosa nessa história de que o país precisa ser deficitário em transações correntes, para poder se habilitar a investimento estrangeiro maciço.

A presunção é de que é impossível conviver simultaneamente com grandes superávits comerciais (dólares entrando via balança comercial) e com investimentos estrangeiros (dólares entrando via mercado financeiro) sem uma valorização do real. O que é correto.

Mas já que a valorização é inevitável—dizem esses especialistas—a política cambial atual É é correta, ao empurrar o dólar ladeira abaixo. E aí se exagera.

Tenta-se copiar os processos de estabilização da Argentina e do México, julgando que, emulando as seqüelas, haverá eficácia no tratamento. A sobrevalorização das moedas de ambos os países constituem-se, hoje em dia, no calcanhar de Aquiles de seus programas.

Argentina e México produziram monumentais déficits comerciais, devido à valorização excessiva de sua moeda. Nos primeiros anos, esse déficit foi coberto pela venda de estatais e pelo grande afluxo de recursos externos que marca todo início de processo de estabilização.

Ocorre que, em todo processo de estabilização, o pico de recursos externos é nos primeiros anos, quando os ativos locais estão depreciados por anos de crise, permitindo ganhos maiores a quem os compra.

Depois que os preços atingem níveis internacionais—devido tanto à valorização interna quanto à valorização da moeda local—tornam-se menos interessantes para o capital de risco. Há o refluxo inicial na entrada de recursos financeiros, sem que a balança comercial compense—porque ficou-se preso à armadilha da ancoragem do câmbio.

Cria-se o pior dos mundos. Quanto mais aumenta o déficit em transações correntes, mais aumenta o risco do país. Quanto mais aumenta o risco, mais reduz-se o ingresso de capitais externos.

Se a ancoragem é essencial, não se poderia ter deixado o câmbio cair tanto.

28/04/95 O governo vai quebrar o país

O catastrofismo só se justifica em uma circunstância: quando se está prestes a produzir uma catástrofe. Se não acordar a tempo, o governo Fernando Henrique Cardoso vai produzir uma recessão cavalgar, um festival de inadimplência semelhante ao ocorrido com o Cruzado 2.

Repete-se a mesma leviandade da política cambial do ano passado. Desvalorizou-se o dólar em 15%, abriram-se as portas das importações, tendo em mente reduzir o superávit comercial para US\$ 5 bilhões. Como se fosse possível ter esse grau de controle sobre os agregados econômicos. O país está há meses produzindo déficits mensais da ordem de US\$ 1 bilhão. Como aprendizes de feiticeiros, apertaram um botão e produziram um terremoto.

Agora, repete-se a irresponsabilidade, arrojando-se o crédito de maneira drástica. Da mesma maneira que no desastre cambial, a equipe não dispõe de indicadores confiáveis de tendência de consumo, nem de convivência adequada com o mundo real, para conduzir-se com segurança pelo processo. Comporta-se como o médico que vai operar o paciente, sem dispor de radiografias prévias.

Em geral, os indicadores de consumo refletem uma situação estática. Há várias semanas há duas enormes vagas sendo formadas na economia, que se acentuaram agudamente na semana passada, e que ainda não entraram nas estatísticas.

A primeira, a onda da inadimplência das pessoas físicas. Um dos bancos grandes bancos de varejo do país, bastante conservador, detectou que 80% dos clientes que possuem cheque especial estão no vermelho.

A segunda vaga é a inadimplência nas empresas. Os índices de inadimplência já vinham crescendo de maneira acentuada desde janeiro. Grande parte da economia estava rolando suas dívidas no curto prazo. Ao estancar completamente o crédito, impedindo esse pessoal de rolar suas dívidas, e de financiar as suas vendas, o governo produziu um coquetel mortal. Tão mortal que não vai ser mantido.

A questão é que a equipe econômica só vai se dar conta do desastre depois que estiver consumado um estrago considerável na economia. E qual o objetivo dessa violência? Varrer por mais alguns meses para debaixo do tapete os erros cometidos na política cambial. O problema do excesso de consumo é exclusivamente em relação a seus efeitos sobre as importações.

O pior da história é que essa recessão não vai resolver, por si, a questão do desajuste cambial. Vai ter que se fazer o ajuste mais à frente, e em cima de uma economia desorganizada.

O presidente precisa ter comportamento de estadista. Desde que resolveu falar francamente, e encarar a verdade, ganhou confiabilidade para conduzir as reformas. Está na hora de admitir os erros da política cambial, anunciar o ajuste do câmbio, encarar uma certa volta da inflação, se for o caso, e reiterar o apoio às reformas. Não é justo que se sacrifique todo o país, apenas para impedir que o governo sofra o desgaste de consertar o câmbio.

Culpados

Solicito que, quando começar a quebraadeira das empresas, e voltar o desemprego em doses violentas, que os senhores Ciro Gomes, Winston Frisch, Edmar Bacha e Gustavo Franco, ocupem uma rede nacional de televisão para apresentarem suas explicações para as loucuras que cometeram na política cambial.

Que tentem justificar seu experimentalismo, a politização do tema cambial, o jantar de comemoração pela volta dos déficits comerciais, as razões que os levaram a privilegiar o capital externo especulativo, em detrimento da segurança dos superávits comerciais.

De preferência, que as explicações sejam apresentadas no Maracanã, ou em local que consiga abrigar as centenas de milhares de desempregados, e de empresas quebradas por sua irresponsabilidade.

11/05/95 Uma Vale = 5 meses de juros

Cinco meses com as atuais taxas praticadas pelo Banco Central custam uma Vale do Rio Doce. Todas as participações no setor petroquímico equivalem a 15 dias de juros.

Esses números são eloqüentes para demonstrar a loucura que se está cometendo contra o país com a atual política de taxas de juros.

Durante anos essas políticas absurdas de juros concentraram estupidamente a renda, impediram o deslanche da economia e inviabilizaram a dívida pública. Cada vez que o governo se via em corner, bloqueava os cruzados, e jogava a conta nas costas de todos os correntistas. Foi assim do calote na correção monetária de 1980 até o bloqueio de cruzados do plano Collor.

De lá para cá, repete-se indefinidamente o mesmo enredo. Inventam-se verdades definitivas—e jamais comprovadas—sobre as excelsas virtudes das taxas de juros absurdas no combate à inflação. E para quê? Para perpetuar a ciranda, inviabilizar novamente a dívida pública, e mais uma vez jogar a conta para o conjunto da sociedade.

A política econômica está, neste momento, na mesma situação que antecedeu o Cruzado 2, o Plano Verão e o Collor 2. O medo de tomar decisões faz com que se jogue toda a estabilidade no país na perna manca de juros irracionalmente elevados.

O primeiro efeito é a volta dos dólares e uma certa contenção dos preços. Voltam apenas os dólares espertos—de investidores nacionais, para especular no curto prazo ou substituir o crédito bancário, que desapareceu. Nenhum investidor estável vai se aventurar numa economia que remunera aplicações em dólar a 3,5% ao mês.

Curto prazo

A estabilidade é de curto prazo, porque basta os agentes econômicos analisarem as curvas de progressão da dívida pública para constatarem que essa maluquice não se mantém. Basta o especulador aguardar o governo perder o fôlego, para voltar matando.

Mantida essa política, permanecerá a inevitabilidade do ajuste cambial. Só que o ajuste terá que ser feito com uma ampla desorganização do setor real da economia, riscos de crise financeira, inviabilização da rolagem das dívidas estaduais e federais.

O país está pagando hoje as irresponsabilidades que foram cometidas contra o futuro, no episódio da política cambial. Seria oportuno que o presidente da República abrisse os olhos para o inventário que está sendo transferido para o segundo semestre, com a atual política monetária.

O México quebrou não porque produziu reformas. Mas porque o governo julgou que as reformas o livrariam dessa chatice de administrar a política econômica no dia-a-dia.

13/05/95 A ideologia dos juros altos

Historicamente, o Estado brasileiro sempre foi utilizado como elemento de dominação do centro (os grupos politicamente organizados) sobre a periferia.

Em todos esses momentos, a chave de dominação do centro foi o controle de um dos principais insumos da economia: a moeda. Foi assim no Império, quando os traficantes de escravos eram os grandes acumuladores de capital da economia. Prosseguiu na República, quando os cafeicultores vitoriosos impedem que novos empreendedores tenham acesso ao crédito do Banco do Brasil.

Há toda uma lógica de dominação no modelo de financiamento brasileiro, que fica clara a partir de três pontos centrais: a) desinteresse em criar um mercado de capitais forte, que democratize o acesso a investimentos; b) manutenção do modelo de financiamento do BNDES e dos fundos sociais compulsórios; c) a manutenção de taxas de juros extremamente elevadas.

Dois pesos

É só conferir o que ocorreu nos últimos vinte anos. Nesse período consolidam-se dois tipos de setores hegemônicos na economia. Numa ponta, setores industriais do eixo São Paulo-Rio. Na outra, grupos de jovens operadores que enriquecem à sombra do open market e da intimidade com os condutores da política monetária.

Para compatibilizar esse jogo de interesses, tanto na ditadura como na Nova República os governos criaram dois mercados de juros. Numa ponta, o chamado livre mercado, com suas taxas incrivelmente elevadas, enriquecendo os aplicadores (os novos super-grupos) e arruinando os tomadores (as empresas sem apadrinhamento político). Na outra, o mercado dos fundos compulsórios com suas taxas subsidiadas beneficiando os tomadores (os grupos empresariais com cacife político) e empobrecendo os aplicadores (titulares de contas do FGTS).

Até na morte

Sem o concurso de um mercado de capitais forte, que democratize o acesso a recursos, as empresas politicamente órfãs são submetidas a juros de mercado, que as espoliam quando nascem, quando crescem e até na hora da morte.

Em geral, o valor das empresas é calculado em função de sua capacidade de gerar lucros futuros, descontada a valor presente pela taxa de juros básica da economia.

Nos Estados Unidos, a uma taxa de 8% ao ano, determinada empresa pode alcançar um valor de mercado da ordem de US\$ 6,7 milhões.

No Brasil, basta o Banco Central aumentar a taxa de juros para 25% ao ano, para o preço da mesma companhia cair imediatamente para US\$ 3,6 milhões. Se os juros subirem para 45% ao ano, o preço da companhia cai para US\$ 2,2 milhões.

No plano das relações com o Estado, o processo é semelhante. A dívida interna em poder do público está em US\$ 65 bilhões. O governo informa que, dentro de um ano, a privatização a reduzirá para US\$ 35 bilhões. Só que, em apenas um ano as taxas de juros

atuais implicarão em US\$ 32 bilhões de recursos transferidos do Tesouro para os grandes investidores.

Falsos profetas

Há anos esse modelo concentra renda, condena a produção e impede a modernização e a renovação empresarial. Abortou sucessivos movimentos desenvolvimentistas, quebrou várias vezes o Estado, inspirou sucessivos calotes nos poupadores comuns, desviou recursos sem fim dos gastos sociais e da infra-estrutura, sacrificou milhares de empreendedores, em nome de uma falsa ciência.

Os arautos da nova ideologia venderam a idéia de que, se os juros baixassem, a inflação estouraria. Os juros mantiveram-se estupidamente elevados, e a inflação nunca cedeu.

Nos anos 70 já se premiava com juros reais as aplicações de curtíssimo prazo, sob a alegação de que, se os juros baixassem, haveria fuga de recursos do sistema.

Quinze anos depois, o economista Ibrahim Éris criou os fundões, a taxa de juros negativa, e não houve um tostão de fuga de recursos do sistema.

Está na hora de erradicar essa hipocrisia da vida nacional e expor algumas verdades cruas: Papai Noel não existe, cegonha não traz recém-nascidos, e não existe isenção na política econômica, nem os economistas públicos são figuras tutelares.

15/05/95 Buraco à vista

- 1) Do dia 5 de maio até ontem --10 dias, portanto—as taxas de juros pagas pelo Banco

Central comeram todos os recursos que o governo vai apurar com a venda de suas participações minoritárias no setor petroquímico.

- 2) No mês de maio, o custo da dívida equivalerá a tudo o que foi repassado para a

saúde nos primeiros quatro meses do ano.

- 3) Na semana passada, a coluna estimou que a participação do governo na Vale

equivaleria a 5 meses de juros. Enganou-se. Como o volume de dívida interna em poder do público é de US\$ 65 bilhões, e com juros de 4% ao mês (em dólar, já que a ideia do BC é manter a paridade atual), o valor da Vale corresponde a 2,7 meses de juros.

- 4) De hoje a 6 de agosto os juros terão devorado tudo o que vai se arrecadar com a

Vale. Se sua privatização demorar um ano, o mero aumento da dívida interna, com esses juros malucos, corresponderá a 6 Vales do Rio Doce.

- 5) A participação do governo em todo setor de telefonia corresponde a 4 meses de

juros atuais.

Inconsistências

Basta levantar esses números para constatar como são inconsistentes os argumentos do presidente do BC, Pêrsio Arida, em favor dessa política monetária irracional.

Diz ele que o governo foi obrigado a adotar uma política monetária drástica para conter a demanda, pela falta de condições de implementar uma política fiscal restritiva (Arida se recusa a aceitar que o objetivo final da contenção da demanda é o equilíbrio da balança comercial, e o receio de se mexer na política cambial, após as trombadas de março).

Para que sua lógica fosse consistente, a seguinte equação teria que ser correta: aumento do passivo público + câmbio congelado - privatizações - receita fiscal futura = 0. E não é.

O preço das estatais é cotado em dólares—não em reais. Se 7 meses com esses juros—e sem ajuste cambial--, correspondem a uma Vale + toda a telefonia + petroquímica, onde se fecha a conta?

Também é inconsistente sua alegação de que o governo aumentou o compulsório dos bancos para permitir que parte da dívida pública fosse financiada com esses recursos. Os compulsórios bancários estão sendo remunerados por 100% da taxa do over, porque a regra anterior—de remuneração de 90% do over para parte do compulsório—estava derrubando as taxas dos CDBs.

Toco, totó, calote

O que esse compulsório conseguiu foi interromper completamente o crédito bancário na economia, criando uma crise de liquidez e inadimplência de graves conseqüências—que em breve vai aparecer nas estatísticas. E para quê? Se o preço dessa política será inviabilizar toda política fiscal futura, como se argumenta que ela é uma alternativa a uma política fiscal restritiva?

Como não haverá reforma fiscal e aumento de impostos que dêem conta desse aumento do passivo, não se terá sequer o consolo de que o sacrifício de hoje implicará na redenção de amanhã.

Portanto, a única maneira de fechar a conta, mais à frente, será dar o que os operadores de mercado chamam de mais um toco, ou totó na dívida—calote, em português claro--, transformar tudo em títulos de privatização e, pelo aumento da oferta, derrubar seu valor de mercado.

É bom que o presidente da República acorde enquanto é tempo, já que o anúncio retumbante será dele.

21/05/95 Os gurus e a retórica da meia-lógica

Em entrevista à edição de domingo da “Folha de S.Paulo”, conhecido guru econômico fez a defesa da atual política de juros altos. Acredita ele que seja pré-condição de todo plano de estabilização obter equilíbrio fiscal e equilíbrio da balança comercial.

A partir daí, parte para a defesa da atual política de juros, como se fosse o instrumento adequado para atingir esses objetivos. Diz ele:

1) Não se podem baixar as taxas de juros antes de um ajuste fiscal maior e mais

profundo e da privatização.

2) Quebras de empresas são decorrências naturais de processos de estabilização. As

classes produtoras reclamam porque gostam de economia aquecida.

3) Pode-se manter a atual banda cambial se o governo criar incentivos às exportações

ou restrições às importações.

Releve-se, por vício de ofício, essa postura de *deus ex machina*, a arrogância de banalizar como choradeira a reação desesperada de milhares de pessoas que estão perdendo bens, empregos e vidas inteiras de trabalho por conta dessa irracionalidade.

A entrevista do guru é relevante por demonstrar a faceta menos percebida desse jogo antinacional: o aval técnico dado pelos gurus econômicos a aventuras inseqüentes, a partir de uma retórica sutilíssima, onde jamais mentem, mas jamais contam a verdade por inteiro, para preservar para si o poder de definir decisões que deveriam ser compartilhadas com o conjunto da opinião pública.

Sem futuro

Em pouco tempo a manutenção dessa taxa de juros inviabilizará definitivamente o ajuste fiscal do Estado. Rapidamente tornará o passivo público superior ao conjunto de estatais a serem privatizadas. E começará a se refletir rapidamente na arrecadação fiscal. É só conferir como será a arrecadação de maio e junho.

A médio prazo, essa política não só não resolve, como aprofunda e inviabiliza qualquer ajuste fiscal futuro.

No plano da balança comercial, a manutenção desses juros dizimará o que restou de exportações de manufaturados. Essas exportações vêm caindo a olhos vistos. Em abril talvez se consiga a redução do déficit comercial para US\$ 450 milhões exclusivamente por conta das exportações de soja—que acabam daqui a dois meses.

As exportações de manufaturados foram afetadas por dois movimentos de defasagem cambial: a redução do dólar em 15% e a inflação residual pós-real.

Até agora não desabaram completamente porque muitas empresas resolveram bancar o prejuízo por algum tempo, para não perderem mercado lá fora, enquanto aguardavam a reversão dessa loucura.

Com o acréscimo adicional de custos, provocado por essas taxas malucas, e perdendo a esperança de uma reviravolta a curto prazo no cenário, a queda das exportações de manufaturados passará a ser geométrica, com todo o componente de quebradeira e

desemprego. Em outros tempos, tinha-se recessão interna, mas mantinha-se aberta a porta externa, minimizando seus efeitos. Agora, não. É veneno na veia, direto.

Opções claras

Na entrevista, faltou ao guru apenas explicar o que tem em mente, quando diz que sem privatização e sem política fiscal não se pode baixar os juros. Tem em mente apenas o quadro inflacionário no curtíssimo prazo. É por isso que, em sua longa entrevista, ele jamais se preocupou em descrever o dia seguinte dessa política, pois significaria comprometer seu raciocínio em defesa dessa maluquice.

Se se mantém a atual política monetária e a atual banda cambial, ganham-se alguns meses a mais de inflação baixa. E só. Em contrapartida, joga-se o país em recessão profunda, aborta-se o movimento de modernização registrado pela economia nos últimos anos, destrói-se a estrutura de exportações de manufaturados e inviabiliza-se qualquer tentativa futura de ajuste fiscal. Saque direto contra o futuro.

Como sub-produto, dizima-se a estrutura produtiva, abrindo espaço para que esses bancos de negócios, montados em dinheiro externo, e com suas engenharias financeiras, entrem adquirindo companhias industriais grandes a preço de banana, financiando-se nas taxas pagas pelos títulos públicos. Pequenas e médias vão direto para a lata de lixo.

O caminho alternativo é reduzir essas taxas de juros para níveis altos, porém dentro da racionalidade, e proceder ao ajuste do câmbio. Enfrenta-se no curto prazo um refluxo da inflação. Mas preserva-se o país e o Estado para o plano de estabilização definitivo, que virá após as reformas constitucionais.

É bom que o presidente da República se dê conta que persistir nessa política não é suicídio a prazo. A fatura lhe será cobrada daqui a poucos meses, destruindo qualquer veleidade de cacife político para conduzir as reformas.

23/05/95 A volta do messianismo

A falta de serenidade da equipe econômica para enfrentar a crise está produzindo dois fenômenos—um cômico, outro trágico.

O cômico é a volta da manjadíssima retórica da transferência de culpas. Monte um plano econômico inconsistente, desmonte o equilíbrio externo do país e assista passivamente o aumento da demanda. Depois, quando a situação ficar crítica, diga que a culpa é do consumidor que exagerou nas suas compras, ou do empresário que cismou em crescer.

Depois de oito planos econômicos, esse “joga-prá-ver-se-pegar” já devia ter sido erradicado da retórica oficial.

Foi a equipe do real que destruiu os superávits comerciais, exclusivamente para abrir espaço para o dinheiro especulativo. Depois, demorou no combate ao aumento da demanda. No novo governo, errou bisonhamente na mudança do câmbio, derrubando o teto do dólar de um real para 92 centavos.

Para não assumir seus erros, consumado o desastre na balança comercial, em vez de parar, analisar serenamente a situação, e preparar a próxima etapa do jogo, o Banco Central toma as rédeas nos dentes e resolve partir para o tudo ou nada. Este é o dado trágico.

É puro escapismo. É a mesma reação do magricela que foi enfrentar Mike Tyson, quebrou duas costelas no primeiro assalto e decidiu ir para o tudo ou nada no segundo assalto. Não há nenhuma chance de se fazer essa aposta neste momento.

Sem futuro

Politicamente, é inviável. A Argentina conseguiu segurar quatro anos o câmbio e impor sacrifícios pesados à população porque saíra de uma hiperinflação. Qualquer coisa que viesse depois, seria refresco.

As pesquisas de opinião sobre o plano real revelam que, no auge do consumismo, uma parcela menor da população considerava que o real tinha melhorado bastante sua vida. Para a maior parte, embora torcendo pelo êxito do plano, a situação não se alterara significativamente. Se não chegaram a ver a cara do diabo, como os argentinos, como pretender que recebam passivamente o inferno?

Mesmo que a histórica passividade brasileira aceitasse esse jogo, tecnicamente não tem chance de ele dar certo.

Está-se em processo acelerado de redução das exportações de manufaturados. Antes da crise do México, a insistência do Banco Central em manter o câmbio nesses níveis poderia ser tratada por despreparo.

Depois de consumado o desastre, em diversas oportunidades o sr. Gustavo Franco reconheceu o erro, ainda que de forma defensiva—“a política cambial estava certa, a monetária é que estava errada”. Como se entende que se mantenha a mesma situação, e que se aprofundem os desajustes comerciais, mesmo depois da realidade ter demonstrado o erro da política de forma cabal?

Creme de leite

Dentro desse quadro, a aposta do tudo ou nada, tendo como creme de leite as taxas de juros é suicida.

Os gênios do BC pensam o seguinte:

- 1) Taxas de juros estratosféricas jogam o país numa recessão.
- 2) A recessão desestimula as altas de preços e quebra as resistências de empresários e trabalhadores.
- 3) Instituída a paz do cemitério, o governo consolida o plano.

E param por aí. O que significa consolidar o plano? Como vai ser o dia seguinte? Expliquem-se. Apresentem claramente seus objetivos. Desenhem com honestidade o cenário que estão perseguindo, para que a opinião pública possa avaliar se as medidas estão no caminho correto ou não. Como vão fazer para o ajuste fiscal, se com esses juros o mero crescimento da dívida interna consumirá tudo o que vier a ser apurado com a privatização? Como pretendem partir para a desindexação final, antes de resolver os desajustes da balança comercial?

Depois do desastre do Cruzado, o país não merecia de volta o messianismo na economia.

25/05/95 D. Sebastião e a reunião de Carajás

A famosa reunião de Carajás, em junho de 1986, foi sem nunca ter sido. Poucos sabem do que se tratou na reunião. Mas firmou-se no imaginário popular a crença de que a reunião poderia ter salvo o Cruzado.

Hoje há uma multidão de neo-sebastianistas—basicamente lotados na imprensa—que acredita piamente que dia desses um economista yuppie descerá diretamente de Carajás, em seu Porsche de corrida, para preparar a revanche do Cruzado.

A grande maldição dos anos 80 não foi Sarney, nem a classe política. Foi a superficialidade dos pacotes econômicos e a mística que envolveu os pacoteiros.

É enorme bobagem enquadrar todos os planos de estabilização na categoria de neoliberais—como pretende parte da esquerda. Ou supor que tudo o que dói, cura—como acreditam alguns basbaques da mídia, que fariam melhor em entregar suas operações de safena nas mãos de um estripador de frangos.

Há planos que, mesmo não sendo de estabilização, fazem países avançar. Há planos de estabilização que consolidam avanços. E planos que perpetuam a desorganização na economia. Todos fazem doer.

Com todas as imprudências cometidas na área cambial, o segundo governo Vargas doeu, mas ajudou a lançar as obras de infra-estrutura que prepararam o grande salto de industrialização dos anos 50. Mesmo com sua crônica irresponsabilidade orçamentária, o governo JK mudou a agenda do país. E doeu depois.

Com todo componente autoritário, o período 64-66 permitiu à dupla Campos-Bulhões fazer doer, mas também lançar o mais bem sucedido programa de estabilização da história. Apesar do sacrifício inicial imposto aos mais pobres, as reformas chilenas ajudaram a viabilizar um país.

Projeto de país

Em todos esses casos, havia como pano de fundo um projeto claro de país, e a busca de saídas para pontos que realmente contam na construção da economia: a criação de mecanismos de financiamento, a consolidação do mercado de capitais, a reorganização da política de comércio exterior, a viabilização de investimentos em infra-estrutura, a racionalização dos tributos etc.

Mas o quê a tecnologia dos pacotes e seus profetas agregaram ao país e ao estudo da economia em quinze anos de experimentalismo? Nada.

Quando se preparou a troca de moedas do real, todas as avaliações indicavam que tinha-se o melhor conjunto de circunstâncias favoráveis na economia para um plano de estabilização. Confira:

- 1) Maior nível de reservas cambiais da história—possível apenas depois que o

economista Ibrahim Éris reformulou a política cambial brasileira.

- 2) Uma economia aberta e superavitária—a partir da reestruturação do comércio exterior, e de um programa de abertura planejada da economia.

- 3) Uma economia desregulamentada—depois do fim da reserva de mercados e de um sem-número de restrições à livre competição.
- 4) Empresas brasileiras reestruturadas e ingressando firmemente em projetos de modernização—processo iniciado com o Plano Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) e com as Câmaras Setoriais.
- 5) Programas de investimento em quase todos os setores—assegurados pela manutenção das regras do jogo por quatro anos.
- 6) Relativo consenso sobre reformas fundamentais.
- 7) Equacionamento da dívida interna, ainda que às custas da violência do bloqueio dos cruzados.

Com toda essa enorme agenda, em vinte anos tudo o que nossos gurus lograram produzir foram estudos recorrentes sobre troca de moedas—a parte mais espetaculosa e superficial de um plano.

Com apenas 18 meses com a economia de volta às mãos dos pacoteiros, e apenas com sua capacidade de brincar de fliperama com as políticas monetária e cambial, tem-se: 1) O país em nova crise cambial; 2) a volta de alíquotas super-protetoras em muitos setores; 3) crescimento exponencial da dívida interna, comprometendo o futuro ajuste fiscal; 4) e uma multidão de empreendedores arrependidos até a medula dos ossos por terem apostado no país e programado investimentos.

Mesmo assim, recebem olhares embevecidos de analistas rasos, que conclamam, com um frêmito nelsonrodriguiano: o plano é bom, porque faz doer.

Todo o ouro de Carajás não vai pagar o que o país ainda vai sofrer por causa da reunião de 1986.

28/05/95 Cronistas e analistas

Uma das características mais interessantes na imprensa é o paradoxo entre o chamado jornalismo de fundo e o jornalismo de marketing—os analistas e os cronistas. Os primeiros influenciam processos; os segundos conquistam leitores. Ambos têm papel relevante na mídia.

O grande impasse do moderno jornalismo é como dosar a sisudez dos primeiros e o populismo dos segundos, sem perder leitores, mas sem banalizar excessivamente o ofício.

Em países politicamente imaturos, mas com uma sociedade razoavelmente complexa como a brasileira, privilégios de grupos se constroem em cima da macumba cibernética. Juntam-se meia dúzia de conceitos pretensamente técnicos com credices patrulheiras.

Nos últimos anos, em cima desse quadro, a revolução da informação acabou acentuando o paradoxo entre analistas e cronistas.

De um lado, jogou no circuito um volume incomparável de novas informações, tornando cada vez mais complexa a análise, muitas vezes confundindo o leitor, tal a quantidade de análises taxativas contraditórias. Mas, de qualquer modo, ajudando a reduzir a margem de manobra da ditadura tecnicista.

Por outro lado, a era da televisão acabou revalorizando o jornalismo impressionista, onde o objetivo do articulista, menos do que esclarecer, é refletir o pensamento majoritário do seu leitor.

Não lhe peça raciocínios, mas impressões. Nem o desbravamento de novas idéias, a sofisticação da análise, o compromisso com mudanças ou o risco de bancar hoje o conceito que só vai ser aceito amanhã.

Ritmo do leitor

No fundo, o jornalista de marketing encara o jornalismo de fundo com o mesmo espírito do leitor comum, tendo como parâmetro básico de julgamento o senso comum.

Escandaliza-se, quando a tese ainda não se consagrou. Depois, vai absorvendo a tese lenta ou rapidamente—sempre no ritmo do leitor comum. Após a tese consagrada, torna-se seu mais intimorato defensor. Mas sempre agora, e em compasso com seu público.

Cumprir seu papel de ajudar a consolidar teses já vitoriosas e a promover uma espécie de descanso do leitor, expondo ao seu julgamento teses simples e fáceis de serem avaliadas.

O problema que muitas vezes o atinge é que, pelo hábito de tratar a vida em cima de flashes instantâneos, jamais de apercebe das grandes tendências da economia, da política e do movimento social. Enquanto o analista, mesmo equivocado, sempre ajuda a estabelecer limites à ação de governo, por ser um questionador de verdades estabelecidas.

Lágrimas depois

O que ocorre hoje com a questão dos juros é típico desse processo. Com esses níveis de juros, tem-se as seguintes consequências óbvias:

- 1) Empresas pequenas e médias, menos capitalizadas, rodarão, jogando no mercado

um exército de desempregados—donos de pequenos negócios e funcionários.

2) Grandes empresas reduzirão sua produção, aumentando o número de desempregados. Mas preservarão lucros porque, sendo líquidas, compensarão seu prejuízo operacional com aplicações financeiras.

3) Pelo simples exercício de trazer dinheiro lá de fora e aplicar nesses inexplicáveis

4,5% ao mês, os bancos de negócios repetirão os extraordinários lucros do ano passado.

4) Todo o lucro do setor capitalizado da economia será bancado pelo Estado, às custas

do aumento exponencial da dívida interna. Tudo o que se arrecadar com a venda de estatais não será suficiente para bancar o mero crescimento da dívida interna, em função desses juros.

5) Com a queda da atividade econômica, em pouco tempo as receitas tributárias vão

despencar. Vai faltar dinheiro para a área social.

Quem consegue vislumbrar as conseqüências do processo, apavora-se. Não o jornalista de marketing. Sua Pentax fotografa só o momento. E como seu público quer acreditar, mesmo os mais talentosos são facilmente engabelados por meia dúzia de sofismas primários.

Se o governo diz que juros altos são para impedir a alta da inflação e inflação penaliza os mais pobres, logo, qualquer que seja o nível dos juros, quem for contra juros altos estará fazendo o lobby dos mais ricos. Não é assim?

Daqui a poucos meses, quando a recessão se abater impiedosa sobre a economia, aumentando o nível da miséria, também não haverá problemas. O jornalista de marketing fotografará as criancinhas pobres do Brasil com sua Pentax, e dirá em tom piedoso: “Precisamos fazer algo para combater a miséria”. E não lhe pergunte o quê, porque ele veio para sentir, não para explicar.

31/05/95 De rabo preso com o leitor

Desde o início de maio a coluna meteu-se na tarefa ingrata de tentar alertar as autoridades para o desastre que poderiam provocar com o arrocho monetário e creditício implantado pelo Banco Central.

Tentou alertar que os indicadores econômicos não eram suficientemente ágeis para captar a violência com que a nova política de juros se refletia sobre a economia.

Tentou explicar que o corte do crédito, de uma violência muito acima do razoável, provocaria mudança tão drástica no regime da atividade econômica que os indicadores anteriores perderiam o significado como instrumentos de análise do comportamento futuro da economia.

Tentou alertar que, nesse quadro inédito, o conhecimento do mundo real, da estrutura de capital de giro das empresas, a busca de informações fora do ambiente das empresas capitalizadas, eram instrumentos fundamentais para que o Banco Central pudesse monitorar melhor os seus passos.

Tentou explicar que taxas de juros dessa ordem quebrariam definitivamente o Estado, inviabilizando qualquer tentativa futura de ajuste fiscal sem calote.

Fez os alertas com estardalhaço, com agressividade até, porque julgava que, quanto mais demorasse para as autoridades econômicas se darem conta da situação, maior seria o estrago causado à economia.

Houve setores de boa vontade, que não estão presos a interesses financeiros e a preconceitos ideológicos, que levaram em conta os alertas. Houve setores que preferiram minimizá-los, sob a alegação que pretendia-se substituir o conhecimento científico pelo senso comum.

Balanço

Limite-me a transcrever análises e notícias divulgadas ontem pela imprensa:

“A apreensão quanto ao estado da economia, que ganhou força nas últimas semanas, talvez tenha soado estranha para algumas pessoas, na medida em que parecia contrastar com os dados que vinham sendo divulgados, como do impressionante crescimento anual de 10,5% do PIB no primeiro trimestre (...) Mais do que apenas inquietante, este é um cenário bastante diferente do que se imaginava há pouco. É alerta para a necessidade de que o país se acostume com o dinamismo e a volatilidade estonteante que, cada vez mais, caracteriza a atividade econômica contemporânea” (Editorial da “Folha”).

“Surge o primeiro sinal de que o governo talvez tenha aplicado uma dose excessiva de anti-consumo. Os estoques de automóveis aumentaram 50% de abril para os primeiros vinte dias de maio” (Clóvis Rossi, na “Folha”).

“Os insistentes protestos de muitos setores contra as taxas de juros têm sua razão de ser. O Banco Central vem praticando juros extravagantes que ameaçam causar danos difíceis de reparar a muitas empresas, às finanças federais e a diversos governos estaduais (...) Como negar que haja algo fundamentalmente errado com uma política econômica que só se

viabiliza com juros dessa magnitude” (Paulo Nogueira Baptista Jr., economista do PT, na “Folha”).

“O governo está preocupado com a crise de liquidez provocada pela puxada das taxas de juros e pelas medidas de política monetária (...) O CMN fará um novo ajuste na política monetária para evitar o estrangulamento da produção” (Beatriz Abreu, no “Estadão”).

Encerro com a lição de Clóvis Rossi: “Há duas maneiras de se reagir ante os números esgrimidos pela Anfavea: desprezá-los como “choradeira” típica de empresário ou parar para pensar um pouco. Pensar é sempre melhor, ainda que seja para concluir depois que é “choradeira” mesmo”.

11/06/95 A imprensa e a crise

Em qualquer economia democrática de mercado, a imprensa tem papel relevante no monitoramento de políticas econômicas, que é o de se constituir em caixa de ressonância dos diversos setores da economia afetados por medidas de governo.

Trata-se de função tão essencial para a política econômica quanto os instrumentos de que se valem os médicos para monitorar o estado do paciente.

No Brasil, a diversificação da economia, a má qualidade das estatísticas e o poder absurdo de que se revestiram as autoridades econômicas, faz com que medidas de política monetária sejam implementadas na base da tentativa e erro.

O próprio Pérsio Arida reconheceu dia desses que, com a atual política monetária, a decisão do Banco Central foi errar por excesso. Mas qual o nível de excesso cometido contra a economia? Como saber em que momento se está virando o fio e produzindo overdose de sacrifício inútil?

Assim como a febre, o elemento fundamental de monitoramento do organismo econômico é a choradeira dos setores prejudicados, analisada, triada de maneira crítica, porém honesta pela mídia—como forma de manter informado não apenas o leitor, mas as próprias autoridades econômicas.

Visão centralista

Dois pontos impedem que esse papel de caixa de ressonância seja desempenhada competentemente pela mídia.

O primeiro, a falta de uma estrutura de apuração regional da parte dos órgãos nacionais, que lhes permita conhecimento mais estreito e rápido do que ocorre na periferia—regiões e setores fora do centro do poder.

Mais cedo ou mais tarde, todo órgão que aspirar a ser nacional terá que assentar seus radares para o interior. No momento, isto não ocorre. A mídia reflete apenas o que acontece ou no governo ou nos setores economicamente influentes.

O segundo ponto é esse recurso de caracterizar monocordicamente todo protesto como “lobby” ou “choradeira”.

A agricultura está completamente quebrada pelos juros. Basta generalizar meia dúzia de malandros que enriqueceram com o crédito rural, e uma bancada de deputados de baixo nível, para extirpar-se o problema da lista de preocupações nacionais.

Os índices de inadimplência das empresas, medidos pelo Serasa, bateram recordes do Cruzado 2. Basta caracterizar as reclamações como “choradeira da FIESP” para ter-se um problema a menos com que se preocupar.

A inadimplência das pessoas físicas atingiu níveis alarmantes. É problema dos consumidores que gastaram além da conta, por não estarem preparados para o exercício da cidadania (cáspite!).

A economia nordestina está completamente parada. Mas todo empresário nordestino só pensa em crédito subsidiado, dizem eles.

As agências bancárias que têm contas de petroleiros informam que os índices de inadimplência entre eles chegam a 20%. Basta taxá-los de marajás para liquidar a discussão.

Os juros estão quebrando estados, fazendo com que até governadores aliados do governo—como Antônio Britto, do Rio Grande do Sul, e Mário Covas, de São Paulo—acendam a luz vermelha. Em vez de reclamar, deveriam racionalizar as despesas de seus estados—mesmo sabendo-se que não há racionalização capaz de compensar o aumento do custo da dívida e a queda da receita, provocados por essas taxas de juros.

Respeito pelos fatos

Será que a função social da imprensa é reproduzir acriticamente essa visão preconceituosa, reduzindo toda discussão a um slogan?

Quando uma pessoa ou empresa está inadimplente, é problema dela. Quando dois estão inadimplente, problema deles. Quando metade do país está quebrado, os problemas econômicos vão muito além das meras decisões individuais.

Reconhecer o que ocorre não é postura de esquerda ou direita, neoliberal ou progressista. É apenas questão de respeito pelos fatos—base do ofício jornalístico.

23/06/95 Política econômica e democracia

No debate de sexta-feira, na “Folha”, sobre o Plano Real, as autoridades presentes repetiram algo que vêm martelando há tempos: é difícil fazer planos de estabilização em ambiente democrático. São todos grandes democratas, que apenas exprimiam dificuldade intrínseca às democracias.

A economia é um organismo vivo, que tem gente, empresas, setores, relações inter-empresas, relações inter-setoriais. Quando mexem abruptamente com variáveis econômicas, os gestores econômicos arbitram perdas e ganhos na economia. Numa ditadura, não há problema. Escolhe-se quem ganha e manda-se para a cadeia quem chia. Se estiverem errados, ninguém vai alertá-los.

Em ambiente democrático não é assim. A chiadeira é um direito de cada cidadão afetado. Cabe à autoridade econômica balizar sua ação, de maneira a não se exceder na dose de sacrifício imposta aos diversos setores, e fazer opções que sejam legítimas aos olhos da maioria. E opção legítima é opção competente.

Quando não consegue fazer política econômica eficiente em ambiente democrático, a culpa não é da democracia. É de falta de competência do gestor, que não soube administrar uma quantidade maior de variáveis.

Ocorre que nesse clima de “ame-o ou deixe-o” que caracteriza inícios de planos econômicos, o economista passa a dispor de um poder absurdo, ditatorial. Com isso, torna-se descuidado, porque não há resistência aos seus atos, nem ele teme as conseqüências de seus erros.

Hoje em dia, o país inteiro paga pelo erro do câmbio. Os juros foram para as alturas, extirpou-se o crédito da economia, jogaram-se centenas de milhares de pessoas na inadimplência, quebraram-se milhares de empresas, voltou-se ao protecionismo na economia, colocou-se em risco o próprio destino das reformas econômicas.

Tudo porque, por alguns meses o país perdeu os instrumentos de auto-defesa que são intrínsecos ao ambiente democrático. Foi a democracia que até agora impediu que a política econômica levasse o país para a breca.

Tudo isto é possível porque o jornalismo, de certa maneira, virou um enorme fast food, que praticamente perdeu a preocupação com qualquer análise mais substancial. O sujeito fala A hoje, amanhã fala B, confiando na perecibilidade do veículo.

Em vez disso, o que se viu foi o aparecimento de grandes “especialistas” em indicadores. Nem me refiro aos papagaios monofásicos que ainda ontem achavam que banda cambial é orquestra de travesti, balança comercial é instrumento de pesar carne em açougue, e commodities é um novo modelo de cadeira do papai.

Refiro-me aos que, tendo mais conhecimento da matéria, só fazem por repetir indefinidamente posições de fontes oficiais, sem o menor senso crítico, e sem a menor preocupação com a análise dos fatos e com a coerência.

16/07/95 O oportuno mea-culpa de FHC

Nos últimos dias o presidente da República passou a se queixar amargamente das tempestades que começa a colher agora, e que poderiam ter sido evitadas se combatidas a tempo—caso da balança comercial e da crise da agricultura.

Registre-se, em seu favor, que a tomada de consciência deu-se em tempo relativamente curto. Contra, saliente-se que até agora o presidente só se deu conta dos erros que já resultaram em xeque contra seu governo.

FHC foi vítima do isolamento do poder, e da alienação da realidade. Trata-se de típico fenômeno de grandes organizações burocráticas que não dispõem nem de plano estratégico nem de sistemas eficientes de informação alimentando seu “board”.

Nesses cenários, a tendência de cada diretoria é agir isoladamente, preocupando-se em ocupar espaço na organização e em não levar problemas para o chefe.

É nesses ambientes que floresce o típico funcionário “deixa comigo”, ou “está tudo sob controle”—que têm o mesmo biótipo em qualquer organização burocrática, pública ou privada.

Quando, por excesso de problemas para administrar, o presidente da companhia dá carta branca a esses funcionários em estratégias fundamentais, é fria na certa. Se o departamento comercial der as cartas, baterá todos os recordes de vendas—e quebrará a companhia por excesso de custos. Se quem der as cartas for o “controller”, cortará todos os custos—e quebrará a companhia por excesso de cortes.

Equilíbrio de poderes

Foi o que ocorreu no caso agrícola. A grande crise agrícola estava desenhada desde o ano passado. Para resolver a crise, a equipe econômica comprometeria suas metas de política monetária. E eu lá sou besta de estragar minhas metas monetárias para quebrar o galho de outro Ministério?

Se fosse o contrário—todo o poder à agricultura, com o enfraquecimento da área econômica—ter-se-ia produzido desastre nas contas públicas, tão letal quanto.

A mediação desses conflitos, subordinando todas as decisões à estratégia global de governo, é responsabilidade intransferível do presidente.

Daqui para frente, o sonho acabou. É ótimo que tenha acabado, para que a atuação política do presidente e da opinião pública, em favor das reformas, se dê em cima de uma discussão racional, sem disfarçar a realidade. E para que o presidente se liberte definitivamente do tecnicismo econômico—para quem pessoas, estruturas sociais e econômicas são dispositivos tão inúteis quanto dente do siso e apêndices, que servem apenas para conspurcar o grande equilíbrio do universo, presente em suas formulações econômicas.

Outros xeques

Para não ser apanhado novamente no contrapé, seria conveniente que o presidente se valesse das lições aprendidas com a crise agrícola para prevenir desastres ainda maiores no futuro, principalmente em relação aos seguintes pontos:

1) Recessão: há sacrifícios decorrentes de ajustes inevitáveis, e sacrifícios provocados

por inabilidade na condução da economia. A opção de “errar por excesso” é um escapismo. Erra por excesso apenas quem não tem competência para encontrar o nível adequado de sacrifício a ser imposto ao país.

2) Dívida pública: a manutenção das altas taxas de juros está lançando as sementes de

uma crise fiscal que ainda vai estourar no próprio governo FHC. 20% de juros reais ao ano são mais que suficiente para atrair capitais externos. Não há nenhuma justificativa técnica para esses 45% ao ano, que apenas reforçam os receios de um calote mais à frente.

3) Câmbio e balança comercial: já se sabe que o problema existe. A maneira de

enfrentá-lo, através da criação desordenada e pouco seletiva de mecanismos de proteção setorial, ainda vai respingar sobre o governo FHC.

4) Saúde: a próxima marcha sobre Brasília vai ser dos mortos-vivos condenados à

morte pela falta de recursos oficiais.

5) Custo Brasil: a contrapartida oficial a essa política recessiva seriam as reformas

extra-constitucionais, englobadas no tal projeto “Custo Brasil”. Delas, ninguém sabe, ninguém viu.

26/07/95 A crise da macro-economia

Há uma flagrante distorção na maneira como a equipe econômica está tratando dos problemas internos. Em abril teve início o aperto do torniquete sobre o crédito.

Para desaquecer a atividade econômica, optou-se pelo caminho socialmente mais distorcido. Aumentaram-se os juros desmedidamente e cortou-se o crédito. O Brasil foi dividido em dois. O Brasil líquido voltou a beber na ciranda financeira, ganhando como nunca ganhou nos últimos anos. O Brasil descapitalizado quebrou.

Enquanto o interior se esboroava, as autoridades—e parte chapa-branca da imprensa—limitava-se a fechar os olhos à crise, ou a selecionar vergonhosamente os indicadores existentes, a fim de esconder a realidade.

Com a arrocho, as grandes companhias—como a indústria automobilística—trouxeram capital de fora. A queda nos agregados monetários recaiu exclusivamente sobre os ombros dos órfãos do poder.

Tinha-se de um lado o Brasil líquido enriquecendo e mantendo níveis de consumo; do outro, o Brasil descapitalizado quebrando. Como o Brasil quebrado é maioria, o que deixou de consumir compensou com folga o aumento de consumo do Brasil rico. E a queda de vendas na periferia passa a atingir o centro.

Quando chega ao centro, as autoridades tomam essa decisão inacreditável de abrir portas de saída exclusivamente para as montadoras—com a ampliação dos prazos de consórcios--, alegando que não pretendem ampliar a recessão.

Não se deve ignorar o poder multiplicador do setor automobilístico. Crise no setor automobilístico é crise na indústria como um todo. Mas é inacreditável a falta de sensibilidade dos economistas oficiais para entender o país como um todo, e só se sensibilizar com a pressão dos grandes.

Ciência manca

A macro-economia, no país, virou ciência manca, administrada por especialistas sem nenhuma visão de conjunto, sem um plano estratégico. Em seu tabuleiro, não existem a pequena e a média empresa, o interior, a agricultura, a não ser quando seus problemas afetam o centro.

Cada crise que estoura, embora perfeitamente perceptível, apanha-os a todos—e sempre—de calças curtas, porque a análise econômica brasileira não conseguiu avançar além da observação dos setores tradicionais. Assim como com os gurus americanos, não se percebeu que a revolução gerencial e tecnológica desenhavam uma nova economia, que não podia ser englobada nas formas tradicionais de análise.

A evolução das modernas técnicas gerenciais—com a ampliação dos conceitos de terceirização—e a explosão das novas tecnologias, acabaram com a noção do grande conglomerado, que se bastava a si próprio. Cada vez mais é estratégica a montagem de um cinturão de pequenas e médias empresas especializadas, provendo as maiores de serviços e produtos.

Mas eles continuam ligados apenas a visão convencional e aos agregados monetários. Se Bill Gates tivesse nascido brasileiro, teria terminado sua vida como consultor de informática de uma repartição qualquer.

Galinagem

Finalmente, o jornalista carioca que instituiu o galinhômetro (o consumo de galinha nas praias de Recife) como índice de prosperidade nacional admitiu que a crise existe.

Admitiu, sim, mas citando palavras do próprio Presidente da República.

Só depois que o Príncipe dá a senha, os puxa sacos se sentem liberados para mudar de opinião.

31/07/1995 O retrovisor do IPEA

O Boletim Conjuntural do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) relativos ao mês de julho, é bastante significativa da miopia daqueles economistas que não conseguem ver nas estatísticas mais do que seu significado literal—e sempre de maneira estática.

Virou lugar comum entre ministros, economistas e jornalistas oficiais valer-se de previsões de crescimento do PIB como argumento contra a presumível existência de crise na economia. Como pode-se falar em crise se o PIB vai crescer de 4% a 6% este ano?

De acordo com o IPEA, a agricultura deve crescer 4,1% este ano. E, no entanto, é de conhecimento geral que a agricultura atravessa a maior crise dos últimos anos. O que está errado: as estatísticas ou a realidade?

Nem a realidade nem as estatísticas estão incorretas. Incorreta é a maneira de ler os dados.

Essa mesma distorção ocorre nos dados relativos à indústria. Com a estúpida política de crédito em vigor, desde maio há um sem-número de empresas tecnicamente quebradas, mas que continuaram produzindo, e vão produzir até que a morte as leve. E morrerão porque, dependendo de seu passivo bancário, em um quadro de absoluta escassez de crédito, não haverá produção capaz de pagar as dívidas.

No entanto, as estatísticas de produto registraram sua produção, sem poder prognosticar sua morte.

Ciência se faz com conhecimento dos princípios científicos e observação da realidade. Quando se deixa de lado a observação da realidade, e sobressai a preocupação em agradar o chefe, o resultado é o que se vê.

Eugenia

No início de julho, nem um mês atrás, por exemplo, o diretor do IPEA, Cláudio Considera—numa afirmação ofensiva a centenas de milhares de empresas e pessoas físicas inadimplentes—declarou que “as empresas que estão quebrando com os juros foram as que se endividaram, apostando no fracasso do Plano Real”.

Ou seja, empresas e pessoas físicas estão quebrando apenas para boicotar o Real.

Em qualquer lugar do mundo, cortar completamente o crédito em uma economia em expansão significara decretar à morte certa milhares de empresas.

No entanto, o sr. Considera recorreu a um julgamento moral—e tecnicamente incorreto—para defender a política econômica, deixando de lado compromissos com a análise. Com base nesse julgamento, sustentava que “o desemprego não vai necessariamente se elevar”.

Esse tom pretensamente científico é que servia de base para basbaques da mídia transformarem uma discussão técnica sobre economia numa cruzada eucarística.

Terminado o mês, o que diz o Boletim do IPEA? Que os dados relativos a emprego—revelados tanto pela pesquisa do IPEA quanto do SEADE—“podem estar refletindo uma mudança importante na base produtiva”. Segundo o órgão, “os setores mais afetados pelo

novo regime de inflação baixa e de abertura comercial estariam demitindo mais rapidamente do que os setores que se encontram em expansão”.

Ora, as estatísticas divulgadas no fim de julho mediam uma realidade que já estava em vigor no início do mês—quando o sr. Considera empenhava-se em agradar seus superiores..

A especialidade desse pessoal é formular cenários ou constatar as mudanças no mundo real apenas depois que refletidas nas estatísticas?

Pior, demonstrando o deplorável puxa-saquismo que acomete o órgão, para o Boletim a crise afeta apenas as empresas que não conseguem se adaptar ao regime de inflação baixa e de abertura comercial.

Não estão sendo afetadas pela absoluta restrição de crédito, nem pelos mais altos juros do universo. Estão morrendo porque, doentes, não conseguem se adaptar a uma economia sem inflação.

É a eugenia, que purifica a raça.

É uma pena que a tradição do IPEA tenha sido reduzida a isto. Quanto não consegue ser cooptado pelo governo, desenha cenários catastrofistas. Quando consegue, trata de dourar a pílula.

